

## **ANEXO 04**

### **ESTRUTURA TARIFÁRIA E SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE**

**CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO,  
MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO  
DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE LITORAL PAULISTA**

## 1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. O presente ANEXO tem por objetivo definir as condições e as normas que deverão reger a ESTRUTURA TARIFÁRIA pertinente à CONCESSÃO, assim como disciplinar o mecanismo de cobrança automática por meio do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.
- 1.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável por implantar, manter e gerenciar o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, composto por equipamentos, sensores e sistemas instalados nos PÓRTICOS ao longo do SISTEMA RODOVIÁRIO, que registra a passagem do veículo para cobrança da TARIFA DA PEDÁGIO sem a necessidade de parada do veículo e sem bloqueios físicos.
- 1.3. O SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá permitir que a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO seja feita de acordo com os seguintes TRECHOS DE COBERTURA DE PEDÁGIO (TCP), observada a disciplina disposta no item 5:

**TABELA 1 – LISTA DE TCPS**

Pórtico	Rodovia	km início	km fim	Extensão	Início da concessão		Fim da concessão	
					Simples	Dupla	Simples	Dupla
P01	SP-088	32,00	39,45	7,45	0	7,45	0	7,45
P02	SP-088	40,50	49,50	9,00	0	9,00	0	9,00
P02	Evangelho Pleno	0,00	1,50	1,50	1,50	0	0	1,50
P03	SP-098	56,65	98,10	41,45	35,2	6,25	35,2	6,25
P04	SP-055	211,40	248,10	36,70	36,7	0	0	36,7
P05	SP-055	373,57	389,80	16,23	16,23	0	0	16,23
P06	SP-055	366,02	373,57	7,55	7,55	0	0	7,55
P07	SP-055	354,43	366,02	11,59	11,59	0	0	11,59
P08	SP-055	345,00	354,43	9,43	9,43	0	0	9,43
P09	SP-055	338,40	345,00	6,60	0	6,6	0	6,6
P10	SP-055	331,80	338,40	6,60	0	6,6	0	6,6
P11	SP-055	325,20	331,80	6,60	0	6,6	0	6,6
P12	SP-055	318,60	325,20	6,60	0	6,6	0	6,6
P13	SP-055	312,00	318,60	6,60	0	6,6	0	6,6
P14	SP-055	305,40	312,00	6,60	0	6,6	0	6,6
P15	SP-055	298,80	305,40	6,60	0	6,6	0	6,6
P16	SP-055	292,20	298,80	6,60	0	6,6	0	6,6

## 2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECAÇÃO

- 2.1. O sistema operacional de arrecadação na modalidade SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá contemplar, no mínimo:
- 2.1.1. Sistema de identificação de eixos (identificando e registrando os eixos que tocam o solo e os que não tocam e o tipo de rodagem - simples ou dupla), para identificação dos veículos;
  - 2.1.2. Sistema de vídeo registro com a função de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) que seja capaz de registrar as informações do emplacamento traseiro e dianteiro dos veículos;
  - 2.1.3. Sistema de arrecadação que viabilize o pagamento eletrônico, por meio de AVI e/ou outra tecnologia disponível, garantindo-se a interoperabilidade com os sistemas atualmente implantados, de acordo com os normativos pertinentes da ARTESP;
  - 2.1.4. Sistema de arrecadação que viabilize o pagamento por meio da PLATAFORMA FF, plataforma virtual a ser disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA;
  - 2.1.5. Sistema de sinalização que permita ao USUÁRIO visualizar o valor da TARIFA DE PEDÁGIO;
  - 2.1.6. Sistema de controle de evasão, conforme normas técnicas;
  - 2.1.7. Sistema de controle de velocidade, incluindo um radar fixo para cada faixa de rolamento e acostamento localizada sob os PÓRTICOS.
- 2.2. Os PÓRTICOS deverão abrigar os equipamentos necessários para registrar a passagem dos USUÁRIOS do SISTEMA RODOVIÁRIO, bem como viabilizar as funcionalidades exigidas no âmbito do sistema de arrecadação.
- 2.3. Os PÓRTICOS deverão estar iluminados e protegidos com dispositivos de contenção viária de forma a atender às normas vigentes e pertinentes na época de implantação e o disposto no ANEXO 06.
- 2.4. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as seguintes localizações para os PÓRTICOS, sendo permitido o posicionamento do PÓRTICO em local distinto desde que dentro do intervalo indicado, de modo a permitir a cobrança de acordo com o TCP listado:

Pórtico	Sentido de Cobrança	Rodovia	Localização (km)
P1	Bidirecional	SP-088	Km 36+000
P2 (1)	Bidirecional	SP-088	Km 41+750
P3	Bidirecional	SP-098	Km 95+000
P4	Bidirecional	SP-055	Km 239+220
P5	Bidirecional	SP-055	Km 388+000
P6	Bidirecional	SP-055	Km 370+600
P7	Bidirecional	SP-055	Km 362+800
P8	Bidirecional	SP-055	Km 349+715
P9	Bidirecional	SP-055	Km 341+700
P10	Bidirecional	SP-055	Km 335+100
P11	Bidirecional	SP-055	Km 325+250
P12	Bidirecional	SP-055	Km 322+900
P13	Bidirecional	SP-055	Km 315+300

Pórtico	Sentido de Cobrança	Rodovia	Localização (km)
P14	Bidirecional	SP-055	Km 308+700
P15	Bidirecional	SP-055	Km 302+100
P16	Bidirecional	SP-055	Km 295+500

Nota (1): Os USUÁRIOS que, numa mesma viagem, (i) cruzarem o pórtico P2, e (ii) utilizarem o acesso do km 38,300 da SP 088, no distrito de Taboão, não deverão pagar a TARIFA DE PEDÁGIO correspondente ao referido pórtico, independente do sentido de trânsito. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver, implementar e operar, solução que permita a identificação dos USUÁRIOS que se enquadrem nesta hipótese, garantindo que não lhes seja cobrada a TARIFA DE PEDÁGIO, quando aplicável. Na hipótese de cobrança de USUÁRIO que se enquadre na hipótese acima mencionada, a CONCESSIONÁRIA não fará jus à TARIFA DE PEDÁGIO correspondente e deverá garantir a devolução da tarifa ao USUÁRIO, sob pena de incorrer nas penalidades aplicáveis.

- 2.5. Caso, no âmbito das ações de apoio à ARTESP na orientação aos interessados para abertura /regularização/adequação de novos ACESSOS, conforme regramento do ANEXO 5, a CONCESSIONÁRIA identifique possível impacto sobre a arrecadação, deverá comunicar à ARTESP eventuais medidas necessárias para minimizar o efeito sobre a RECEITA TARIFÁRIA, tais como: implantação de novo PÓRTICO, alterações de infraestrutura do SISTEMA RODOVIÁRIO, entre outras.
- 2.5.1. Caso haja impacto na arrecadação tarifária decorrente da hipótese indicada no item 2.5 acima, e desde que com anuência da ARTESP, as PARTES deverão avaliar eventual desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos investimentos necessários para implantação das medidas necessárias, nos termos de referido item, em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
- 2.5.2. Caso as PARTES optem pela implantação de um novo PÓRTICO, deverão ser observados os pressupostos da prestação dos serviços, conforme cláusula 5.3 do CONTRATO.
- 2.5.3. Os impactos sobre a arrecadação da RECEITA TARIFÁRIA decorrentes da implantação do ACESSO não serão reconhecidos como EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e a CONCESSIONÁRIA fará jus somente à compensação prevista no ANEXO 20.
- 2.6. Está vedada a implantação de dispositivo de controle de acesso ou passagem (cancela) nas entradas e saídas do SISTEMA RODOVIÁRIO.
- 2.7. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a Portaria ARTESP nº 97, de 22 de dezembro de 2020, ou regulamentação vigente, no que tange aos requisitos regulamentares para implantação, operação e manutenção de Sistema de Monitoramento de Informações de Pedágio.
- 2.8. O sistema de sinalização no SISTEMA RODOVIÁRIO deve considerar:
- 2.6.1. A previsão da implantação de sinalização vertical e horizontal de forma a garantir a informação prévia ao USUÁRIO de que o trecho é dotado de PÓRTICOS de cobrança automática.
- 2.6.2. Que as placas de sinalização vertical de indicação e demais componentes de sinalização utilizados devem respeitar os manuais e normas vigentes de sinalização viária.
- 2.6.3. Que a sinalização horizontal e vertical deve ser prevista de forma que o USUÁRIO seja informado da existência do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE antes, durante e depois da tomada de decisão sobre adentrar e/ou permanecer na via dotada dos PÓRTICOS.

- 2.6.4. Que os locais de implantação dos PÓRTICOS deverão estar identificados com placas de sinalização vertical de indicação contendo, no mínimo, o pictograma de Cobrança Automática, SAU-27, previsto no Regulamento de Sinalização Viária.
- 2.6.5. Que as seguintes informações devem ser apresentadas ao USUÁRIO de maneira agrupada ou em placas distintas, sendo observadas as melhores técnicas de engenharia viária, garantindo a sua correta visualização:
- Utilização do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE na via;
  - Valores de TARIFA DE PEDÁGIO;
  - Procedimentos para veículos isentos e outras situações especiais;
  - Configuração de infração de trânsito no caso de não pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO;
  - Local, contato telefônico ou sítio eletrônico onde o usuário possa obter mais informações; e
  - Opções de pagamento automático aceitos para o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO.
- 2.9. A CONCESSIONÁRIA também deverá disponibilizar em seu sítio na internet e demais plataformas pertinentes (e.g. aplicativo para celulares) os valores de TARIFA DE PEDÁGIO vigentes de todas as CATEGORIAS, para cada TCP.
- 2.10. Deverão ser detalhados para os locais escolhidos as interferências existentes, o número de faixas da seção de cobrança e os planos de operação, administração e manutenção dos PÓRTICOS.
- 2.11. Deverão ser apresentados à ARTESP, para cada seção de cobrança, projetos de terraplenagem, quando aplicável, de drenagem, pavimento, sinalização, iluminação, estrutura dos PÓRTICOS, equipamentos e sistemas.
- 2.12. Deverá ser mantida sob os PÓRTICOS, na seção de cobrança, a mesma configuração do trecho rodoviário, incluindo acostamentos. No caso de trechos em pista simples, a CONCESSIONÁRIA deverá manter pelo menos 3 faixas de rolamento, incluindo os acostamentos.
- 2.13. Deverá ser prevista na seção de cobrança uma pista de passagem na lateral, por sentido de tráfego, sem cobertura ou qualquer outro entrave, para cargas excepcionais eventuais com 9 metros de largura, sempre na direita, de acordo com as normas do DER/SP. Nestas pistas, devem ser implantados todos os equipamentos dedicados de controle de passagem (sensores, câmeras etc.). Esta estrutura poderá ser dispensada em locais onde a CONCESSIONÁRIA prove que não há necessidade (vias em que a circulação de veículos especiais já é restrita).
- 2.14. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implantar sistema, plenamente auditável, que seja capaz de disponibilizar as informações geradas pelos sistemas de cobrança eletrônica à ARTESP, inclusive quanto à identificação de veículos infratores, observado o disposto no ANEXO 05, no ANEXO 20 e APÊNDICE F.
- 2.15. O exame dos registros e a identificação do veículo infrator, seguido de eventuais emissões de autos de infração, será da responsabilidade do DER/SP, nos termos do presente ANEXO.
- 2.16. A ARTESP e a CONCESSIONÁRIA deverão celebrar, até 60 (sessenta) dias antes do prazo estimado para a DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, convênio junto ao DER/SP para viabilizar a transferência de informação relacionada ao registro de infrações de trânsito, inclusive no tocante aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, a fim de auxiliar a emissão de autos

de infração pelo DER/SP.

- 2.17. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o monitoramento da qualidade dos registros dos veículos infratores, de forma a garantir o atendimento aos padrões e requisitos estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE e pelas especificações técnicas da ARTESP.
- 2.18. Os equipamentos do sistema de arrecadação deverão armazenar, nos próprios PÓRTICOS, os registros dos veículos que transitarem no SISTEMA RODOVIÁRIO, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, sendo que a CONCESSIONÁRIA deverá manter os dados armazenados e disponíveis à ARTESP por todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
- 2.19. O SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá operar todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Será registrado o tempo diário de inoperância para todos os elementos do sistema, para fins de cálculo do tempo de inoperância mensal. Nos casos em que houver inoperância de equipamentos em virtude de falhas, falta de manutenção e/ou procedimentos de certificação, devem ser atendidos os procedimentos, prazos e demais condições formalmente estabelecidas pela ARTESP e PODER CONCEDENTE.
- 2.20. Os PÓRTICOS devem prever plataforma para trabalho aéreo de modo que não seja necessário o fechamento das faixas de rolamento e/ou acostamentos nas situações em que seja preciso acessar o PÓRTICO.
- 2.21. A CONCESSIONÁRIA poderá fechar seções das faixas de rolamento sob os PÓRTICOS para a realização de procedimentos de manutenção e/ou certificação, caso necessário e mediante comunicação prévia à ARTESP, desde que não inviabilize a passagem de USUÁRIOS pelo PÓRTICO e a correspondente arrecadação das TARIFAS DE PEDÁGIO, e desde que não afete o nível de serviço para além dos limites estabelecidos no CONTRATO e seus ANEXOS.
- 2.22. Antes de cada PÓRTICO deverá ser previsto um sistema de detecção e controle de altura. O gabarito mínimo do vão livre será de 5,50m para o PÓRTICO.
- 2.23. Os procedimentos previstos neste ANEXO poderão ser revistos, mediante acordo entre as PARTES e a ARTESP, para sua maior efetividade, inclusive em caso de superveniência de norma específica que disponha sobre o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.

### **3. INÍCIO DE OPERAÇÃO COMERCIAL**

- 3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema de pedágio que atenda ao modelo operacional especificado nos ANEXOS 05 e 07, promovendo sua permanente atualização e sua crescente automação, bem como adequação às políticas e programas implantados pelo PODER CONCEDENTE que tenha impacto na forma de arrecadação das TARIFAS DE PEDÁGIO, sem prejuízo das demais previsões do CONTRATO e ANEXOS.

#### **Início de Operação Comercial dos pórtilhos de cobrança**

- 3.2. A CONCESSIONÁRIA somente poderá solicitar autorização para iniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL quando:
  - 3.2.1. Tiver concluído o PROGRAMA INICIAL (PI), especificado no ANEXO 06;
  - 3.2.2. Tiver concluído os investimentos necessários para a implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE;
  - 3.2.3. Tiver obtido as licenças necessárias para a operação do respectivo segmento do SISTEMA RODOVIÁRIO, como a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO;
  - 3.2.4. Comprovar a abertura da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, da CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, da CONTA FREE FLOW, nos termos do APÊNDICE D; e



- 3.2.5. Tiver concluído a implantação da PLATAFORMA FF.
- 3.3. Uma vez cumpridas as condições do item 3.2 acima, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar antecipadamente à ARTESP o início da operação de qualquer PÓRTICO, seja de maneira individual ou conjunta, sendo que, neste caso, não fará jus à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA.
- 3.3. Na hipótese do item acima, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento das TARIFAS DE PEDÁGIO cobradas por meio dos PÓRTICOS devidamente instalados cujo funcionamento tenha sido aprovado pela ARTESP.
- 3.4. A CONCESSIONÁRIA fará jus à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA a partir da DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO, nos termos do ANEXO 20.
- 3.5. A CONCESSIONÁRIA deverá transferir integralmente os valores arrecadados por meio da cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO à CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do ANEXO 20 e do APÊNDICE D.
- 3.5.1. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso venha a receber diretamente quaisquer valores provenientes da arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá providenciar o depósito da totalidade dos valores recebidos na CONTA CENTRALIZADORA no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, sendo vedada a realização de compensação quanto a quaisquer créditos que possa ter em face do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP.
- 3.6. Após recebida a solicitação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 3.2, em até 30 (trinta) dias, (i) a ARTESP deverá verificar o efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas acima, levando em consideração os critérios previstos neste ANEXO e no ANEXO 05 e 07 e (ii) o PODER CONCEDENTE deverá realizar a homologação com base nas informações e documentos fornecidos pela ARTESP.
- 3.7. Em caso de não validação quanto ao efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas do item 3.2. acima, a ARTESP comunicará à CONCESSIONÁRIA quanto às inconsistências e inadequações com as suas devidas justificativas, cabendo à CONCESSIONÁRIA regularizar e pleitear novamente a autorização para dar início à operação dos PÓRTICOS.
- 3.8. O Sistema Operacional de Arrecadação de Pedágio, incluindo os PÓRTICOS, bem como os demais equipamentos e sistemas relacionados ao SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, deverá atender a todas as normas e especificações mencionadas nos ANEXOS, especialmente ao ANEXO 05.

#### **4. ALTERAÇÕES FUTURAS**

- 4.1. Após a assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor o redimensionamento dos TCP e reposicionamento dos PÓRTICOS, conforme prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE, sempre em conformidade com os critérios básicos do presente ANEXO e sem prejuízo do nível dos serviços oferecidos ao USUÁRIO e do cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 03.
- 4.2. Também poderá ser proposto plano de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas, sujeito a prévia aprovação da ARTESP e, conforme o caso, do PODER CONCEDENTE, com objetivo de otimizar o uso, induzir demanda e melhorar a fluidez e níveis de serviço do SISTEMA RODOVIÁRIO, observando-se o princípio da isonomia.
- 4.2.1. Os termos dos eventuais planos de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas, sejam eles de ordem operacional, de investimentos, econômico-financeira, entre

outros, serão acordados entre as PARTES, inclusive quanto a eventual reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.

- 4.3. O plano de variáveis ou dinâmicas poderá definir valores diferentes dos previstos em CONTRATO para as TARIFAS DE PEDÁGIO para diferentes CATEGORIAS, dias da semana e horários, bem como apresentar cobranças tarifárias que considerem parâmetros distintos da sistemática de cobranças por eixos, tais como cobrança por categoria, peso e volume, se viável operacionalmente.
- 4.4. A avaliação de eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de planos de tarifas variáveis ou dinâmicas levará em conta o volume de veículos por eixos equivalentes e o valor da TARIFA DE PEDÁGIO fixada para CATEGORIA 1.

## 5. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO

### 5.1. Base Tarifária

5.1.1. As TARIFAS DE PEDÁGIO são definidas tendo como referência uma TARIFA QUILOMÉTRICA base, definida para o mês de dezembro/2022 cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade econômico-financeira e têm como valor de referência o equivalente a R\$ [●]/km ( [●] ).

5.1.2. A cobrança pelo AVI deverá considerar um desconto mínimo de 5% (cinco por cento) em relação ao valor acima indicado, considerando as regras de arredondamento previstas no item 9 deste ANEXO.

### 5.2. Classificação dos Veículos

5.2.1. A determinação do valor da TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada por meio dos PÓRTICOS levará em conta, além do TCP, um Multiplicador de Tarifa correspondente a cada CATEGORIA de veículo, conforme estabelece a tabela a seguir, que categoriza os veículos pelo tipo, pelo número de eixos e pela característica de rodagem.

**TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS**

CAT	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADOR
1	AUTOMÓVEL, CAMINHONETA, TRICICLO E FURGÃO	2	SIMPLES	1
2	CAMINHÃO LEVE, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÃO TRATOR E FURGÃO	2	DUPLA	2
3	CAMINHÃO TRATOR, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE E ÔNIBUS	3	DUPLA	3
4	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	4	DUPLA	4
5	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	5	DUPLA	5
6	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	6	DUPLA	6
7	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM SEMI REBOQUE	3	SIMPLES	1,5
8	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM REBOQUE	4	SIMPLES	2



9	MOTOCICLETA, MOTONETA E BICICLETA A MOTOR	2	SIMPLES	0,5
-	VEÍCULOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA MILITAR – ISENTOS	-	-	0

**OBSERVAÇÕES:**

- I. Rodagem traseira de pneus, do tipo “single” ou “supersingle”, é equivalente a dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida.
- II. Sem prejuízo da TARIFA DE PEDÁGIO calculada conforme a tabela acima, incidirá adicional conforme norma do Conselho Nacional de Trânsito (“CONTRAN”) aplicável, em função do peso total dos veículos a ela sujeitos.

**5.3. Determinação do valor da TARIFA DE PEDÁGIO**

5.3.1. A TARIFA DE PEDÁGIO que será cobrada nos PÓRTICOS, e comporá a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA será determinada levando em conta a TARIFA QUILOMÉTRICA indicada no item 5.1.1 acima, a extensão do respectivo TCP coberto por cada PÓRTICO e o Multiplicador da Tarifa correspondente a cada CATEGORIA de veículo, observando-se a seguinte fórmula:

**FÓRMULA 1:**

$$TFF_t = TQ_t \times TCP \times Multiplicador$$

Onde,

$TFF_t$	É a TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada de cada USUÁRIO no ano $t$ .
$TQ_t$	É a TARIFA QUILOMÉTRICA indicada no item 5.1 acima e atualizada conforme o item 5.4.
$Multiplicador$	É o valor estipulado para cada CATEGORIA de veículo conforme TABELA 2.
$TCP$	É o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO conforme disposto na TABELA 1, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$TCP_p = TCP_s + 1,4 \times TCP_d$$

$TCP_p$	É o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO do PÓRTICO $p$
$TCP_s$	É o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO do PÓRTICO $p$ em pista simples
$TCP_d$	É o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO do PÓRTICO $p$ em pista dupla

**5.4. Validade e Atualização Tarifária**

- 5.4.1 As TARIFAS DE PEDÁGIO e atualização monetária do CONTRATO devem ser preservadas.
- 5.4.2 Os valores das TARIFAS DE PEDÁGIO deverão ser ajustados, utilizando-se a fórmula e os procedimentos explicitados a seguir.

**FÓRMULA 2:**

- 5.4.3 Para o primeiro ano contratual, a TARIFA QUILOMÉTRICA será atualizada por meio da seguinte fórmula:

$$TQ_0 = TQ_{dez/2022} \times \frac{IPCA_0}{IPCA_{dez/2022}}$$

Onde,

$TQ_0$	É a TARIFA QUILOMÉTRICA no primeiro ano contratual.
$TQ_{dez/2022}$	É a TARIFA QUILOMÉTRICA em dezembro/2022, conforme item 5.1.1.
$IPCA_0$	É o número índice <sup>1</sup> do IPCA do segundo mês anterior à data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.
$IPCA_{dez/2022}$	É o número índice <sup>2</sup> do IPCA referente a dezembro/2022.

### FÓRMULA 3

5.4.4 A TARIFA QUILOMÉTRICA a partir do segundo ano contratual será reajustada por meio da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado no primeiro mês do segundo ano contratual, e os demais realizados anualmente a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$TQ_t = TQ_{dez/2022} \times \frac{IPCA_t}{IPCA_{dez/2022}}$$

Onde,

$TQ_t$	É a TARIFA QUILOMÉTRICA no ano contratual t.
$TQ_{dez/2022}$	É a TARIFA QUILOMÉTRICA em dezembro/2022, conforme o item 5.4.
$IPCA_t$	É o número índice <sup>3</sup> do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual t.
$IPCA_{dez/2022}$	É o número índice <sup>4</sup> do IPCA referente a dezembro/2022.

### 5.5. Incidência de Coeficiente De Desempenho Dos Serviços Prestados (CSP)

5.5.1. A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA e a CONTAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA levarão em consideração a incidência do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) previsto no ANEXO 03.

5.5.2. A CONCESSIONÁRIA fará jus à RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA, correspondente à somatória das receitas obtidas por meio da tarifa calculada de acordo com a Fórmula 4.

### FÓRMULA 4:

$$TFFD_t = TFF_t \times (0,90 + 0,10IQD)$$

Onde,

<sup>1</sup> Dezembro de 93 = 100.

<sup>2</sup> Dezembro de 93 = 100.

$TFFD_t$	É a TARIFA DE PEDÁGIO DEVIDA reajustada para o ano $t$ do CONTRATO.
$TFF_t$	É a TARIFA DE PEDÁGIO reajustada para o ano $t$ do CONTRATO.
$IQD$	É o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) previsto no ANEXO 3.

5.5.3. A CONCESSIONÁRIA fará jus à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA, correspondente à aplicação do IQD sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, de acordo com a Fórmula 5:

**FÓRMULA 5:**

$$CPE_t = CPF_t \times (0,90 + 0,10IQD)$$

Onde,

$CPE_t$	É a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA reajustada para o ano $t$ do CONTRATO.
$CPF_t$	É a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA reajustada para o ano $t$ do CONTRATO.
$IQD$	É o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) previsto no ANEXO 3.

5.4.5 Os valores pagos pelos USUÁRIOS a título de TARIFA DE PEDÁGIO, que compõem a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, assim como o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, apurado mensalmente nos termos do ANEXO 20, deverão ser depositados na CONTA CENTRALIZADORA. O processamento dos recursos transitados pela CONTA CENTRALIZADORA está regrado conforme a minuta que figura como APÊNDICE D.

5.5.4. A aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) poderá ser revista a pedido da CONCESSIONÁRIA, em processo administrativo próprio, caso haja a comprovação de que os índices referentes ao IQD foram impactados pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE ou pela ocorrência de erros na apuração dos referidos índices, conforme regramento do CONTRATO.

5.5.5. A instauração de processo administrativo com base na disposição acima não suspende a apuração e aplicação do valor referente ao IQD para o respectivo ano contratual.

**5.6. Saldo em Favor da Concessão**

5.6.1 O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$SRPC_d = \sum RTB - RTD$$

Onde,

$SRPC_d$	É o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO calculado em determinado dia de operação.
$RTB$	É a soma da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, conforme o disposto em 5.3 deste ANEXO, com a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, nos termos do ANEXO 20.
$RTD$	É a soma da RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA conforme disposto em 5.5 deste ANEXO, com a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA, nos termos do item.

5.6.2 O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO deverá ser apurado diariamente e o valor resultante transferido, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, nos termos do APÊNDICE D.

5.6.3 Ao final de cada ano contratual, em até 30 dias, serão apurados os valores finais de SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA. Caso haja diferença entre o os valores depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO naquele ano e o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO final calculado para o mesmo ano:

- (i) Se positiva, a ARTESP deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, comunicar o BANCO DEPOSITÁRIO para que transfira o valor excedente para conta corrente de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA;
- (ii) Se negativa, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor faltante para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO.

#### 5.7. Aprovação das Tarifas

5.7.1 Os cálculos dos valores atualizados da TARIFA QUILOMÉTRICA e da TARIFA DEVIDA serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada neste ANEXO e apresentados à apreciação da ARTESP para verificação de consistência.

5.7.2 A ARTESP deverá avaliar se aprova o cálculo apresentado pela CONCESSIONÁRIA em até 15 (quinze) dias contados de seu recebimento.

5.7.3 Em caso de inconsistência ou dúvidas relacionadas ao cálculo dos valores atualizados da TARIFA QUILOMÉTRICA e/ou da TARIFA DEVIDA apresentado pela CONCESSIONÁRIA, deverá a ARTESP notificar a CONCESSIONÁRIA para saneamento, hipótese na qual se aplicar-se-á o prazo disposto no item após reapresentação do cálculo.

5.7.4 A ARTESP não poderá se abster de aprovar o cálculo da TARIFA QUILOMÉTRICA ou da TARIFA DEVIDA no prazo indicado no item caso a inconsistência seja constatada em apenas um dos cálculos.

#### 5.8. Alteração do Índice de Atualização Monetária Contratual

5.8.1 Na ausência do índice selecionado para cálculo de reajuste, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IPCA/IBGE.

### 6. ISENÇÕES

6.1. Terão trânsito livre e ficam, portanto, isentos do pagamento de pedágio os veículos:

- (i) de propriedade do PODER CONCEDENTE e da ARTESP;
- (ii) de propriedade do Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do ESTADO;
- (iii) de atendimento público de emergência, tais como, do corpo de bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
- (iv) das forças militares, quando em instrução ou manobra; e
- (v) de categoria oficial, integrantes da frota dos Poderes Executivo, Legislativo,

Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos do ESTADO, bem como os locados em caráter não eventual, para utilização em serviço público permanente ou de longa duração desde que cadastrados no Grupo Central de Transportes Internos - GCTI, do Estado de São Paulo, devendo todos ser credenciados pela ARTESP, na forma regulamentada.

## **7. VEDAÇÃO DE PRIVILÉGIOS TARIFÁRIOS ESPECÍFICOS**

7.1. É vedado à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto:

7.1.1. no cumprimento de Lei;

7.1.2. nas hipóteses previstas no artigo 13 da Lei Federal nº 8.987/1995; ou

7.1.3. se previamente autorizado pela ARTESP, no contexto de plano de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas.

## **8. PROMOÇÕES E DESCONTOS**

8.1. A CONCESSIONÁRIA, a seu critério, por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, não relacionadas ao plano de TARIFA DE PEDÁGIO, sem que isso possa gerar qualquer direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO. Nessa hipótese, para apuração da TARIFA DEVIDA e cálculo da Fórmula 4 será considerado o respectivo desconto ou isenção praticados.

## **9. CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO**

9.1. A TARIFA DE PEDÁGIO será expressa em reais e centavos, devendo ser desconsideradas as casas além dos centavos e, em seguida, não efetuado nenhum arredondamento.

## **10. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO**

### **Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA**

10.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, no âmbito da implantação e gerenciamento do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, sem prejuízo das demais exigências correlatas, dispostas no CONTRATO e ANEXOS:

10.1.1. Observar, de maneira estrita, o disposto neste ANEXO e no CONTRATO;

10.1.2. Identificar os veículos que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por meio das modalidades e nos prazos disponibilizados, nos termos deste ANEXO, e da legislação e normativas aplicáveis;

10.1.3. Disponibilizar plataformas digital e física para pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, que seja plenamente auditável, para os USUÁRIOS que não efetuarem o pagamento automático e imediato, por meio dos meios de pagamento disponibilizados, desde o início da operação dos PÓRTICOS (PLATAFORMA FF);

10.1.4. Elaborar relatório mensal contendo, no mínimo, os registros, evidências e memórias de cálculo para contabilização das evasões ocorridas nos PÓRTICOS, nos termos do item 10.2.1, bem como da arrecadação que seria auferida caso as evasões não tivessem ocorrido, a fim de subsidiar as informações exigidas no âmbito do mecanismo de pagamento deste CONTRATO;

10.1.4.1. Observado o disposto no ANEXO 20, estas informações deverão ser plenamente auditáveis e atender aos requisitos de registro e disponibilização aplicáveis aos dados relativos aos veículos infratores, nos termos do ANEXO 05, além de permanecerem armazenadas pela CONCESSIONÁRIA ao longo

## do PRAZO DA CONCESSÃO.

- 10.1.5. Manter placas informativas com valores atualizados das TARIFAS, indicando as formas de pagamento da TARIFA disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA;
- 10.1.6. Sinalizar as pistas;
- 10.1.7. Permitir a fiscalização da arrecadação;
- 10.1.8. Elaborar mapas estatísticos de tráfego e arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO;
- 10.1.9. Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
- 10.1.10. Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;
- 10.1.11. Controlar a arrecadação por PÓRTICO, data, horário e demais procedimentos de compartilhamento de informações estipulados pela ARTESP;
- 10.1.12. Prestar atendimento e garantir informação sobre as TARIFAS DE PEDÁGIO ao USUÁRIO;
- 10.1.13. Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nos PÓRTICOS, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos dois níveis de registro, com dados sobre o tipo de veículo, o número de eixos e as características de rodagem, a saber:
  - (i) Informação física do registro da passagem do veículo, caso existente sensor de pista no SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE;
  - (ii) Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas PÓRTICOS e informação do registro físico de tráfego;
- 10.1.14. Permitir a integração das informações com o CCI conforme os termos estabelecidos no CONTRATO.

**10.2. Plataforma FF**

- 10.2.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela implantação e gerenciamento da PLATAFORMA FF, com acesso via web e/ou aplicativo mobile, plenamente auditável, que deverá possibilitar que os USUÁRIOS que não efetuaram o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO, em relação à utilização do SISTEMA RODOVIÁRIO, possam realizar a consulta de débitos e realizar pagamentos, nos prazos e nas condições estabelecidos neste ANEXO, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela adoção de todos os procedimentos necessários e pelo pagamento de todos custos e despesas aplicáveis.
- 10.2.2. A PLATAFORMA FF deverá ser compatível com os sistemas da ARTESP, de modo que seja possível a criação de uma plataforma única de todas as concessões. À medida que a ARTESP disponibilize plataforma web ou aplicativo único integrado para todas as concessões do estado de São Paulo, a CONCESSIONÁRIA ficará responsável por realizar a migração/integração para dentro desta plataforma.
- 10.2.3. A CONCESSIONÁRIA também poderá prever outras formas de pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, como por exemplo aplicativos, totens de autoatendimento, entre outros, desde que assegurado, em qualquer destes meios, o envio automático da arrecadação à CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA.
- 10.2.4. O USUÁRIO que não tiver efetuado o pagamento automático e imediato durante a sua passagem pelo PÓRTICO (i) por não deter dispositivo AVI; ou, (ii) detendo dispositivo AVI, não haver processamento do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO,



deverá realizar o pagamento por meio da PLATAFORMA FF, no prazo de 15 (quinze) dias da passagem pelo respectivo PÓRTICO do SISTEMA RODOVIÁRIO.

10.2.5. 10.2.4A não efetivação do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, no prazo indicado no item 10.2.4 e observado disposto no item 10.2.5.1, constituirá evasão para fins do CONTRATO e acarretará a emissão de auto de infração por evasão pelo DER/SP, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e da Resolução Contran nº 984/2022.

10.2.5.1. A utilização do SISTEMA RODOVIÁRIO por USUÁRIO que não detenha dispositivo AVI não é caracterizada como infração de trânsito, de modo que o USUÁRIO somente será autuado por evasão caso deixe de efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO na forma estabelecida no item 10.2.4, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

10.2.5.2. O USUÁRIO que detiver dispositivo AVI, mas tenha deixado de realizar o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO durante a sua passagem pelo PÓRTICO por falta de processamento do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá ser comunicado pela CONCESSIONÁRIA, diretamente por meio de OSA, da necessidade de realizar pagamento por intermédio da PLATAFORMA FF, caracterizando-se a evasão, para fins de autuação, caso não haja pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado de sua identificação.

10.2.5.3. O prazo para o DER/SP emitir o auto de infração será contado a partir da materialização da infração de trânsito, ou seja, no dia seguinte ao esgotamento do prazo concedido ao USUÁRIO para realizar o pagamento voluntário na PLATAFORMA FF a ser implantada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 10.2.4, e observado o disposto no item 10.2.5.1.

10.2.5.4. Caso o USUÁRIO venha a realizar o pagamento dentro do prazo descrito no item 10.2.4, a receita auferida será devidamente registrada e comporá a RECEITA TARIFÁRIA.

10.2.6. A PLATAFORMA FF deverá permitir que todos os USUÁRIOS que tiverem utilizado o SISTEMA RODOVIÁRIO possam efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO devida pela passagem pelo PÓRTICO, utilizando os meios de pagamento eletrônico previstos na legislação e regulação competente.

10.2.7. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, por meio da PLATAFORMA FF, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste ANEXO e no ANEXOS 05, página com instruções sobre as modalidades e os procedimentos para o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.

10.2.8. O regramento disposto neste ANEXO poderá ser alterado ou adequado a eventual norma superveniente, em especial daquelas emanadas pelo CONTRAN, que regulamente aspectos relacionados à autuação de USUÁRIOS infratores, notadamente em relação às condições, procedimentos pertinentes, forma de identificação dos veículos e emissão das competentes autuações.

## 11. NORMAS OPERACIONAIS

11.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, no âmbito do PROGRAMA INICIAL, apresentar à ARTESP, para aprovação, as NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, acidentes e outros.

## 12. COBRANÇA COERCITIVA DE TARIFA PELO PODER CONCEDENTE

- 12.1. A CONCESSIONÁRIA deverá identificar os veículos dos USUÁRIOS que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por meio das modalidades permitidas e nos prazos disponibilizados, conforme previsto neste ANEXO.
- 12.2. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar semanalmente para o DER/SP relatório contendo, no mínimo os registros, as evidências e as informações que possibilitem ao DER/SP emitir as multas de evasão, nos termos dos artigos 209-A e 280 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021, bem como Resolução Contran nº 984/2022, quais sejam: local, data e hora do cometimento da infração, caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos solicitados pelo DER/SP, desde que imprescindíveis para a emissão das multas, observada a regulação vigente.
  - 12.2.1. Para o envio das informações indicadas no item 12.2, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar a base de dados dos USUÁRIOS isentos, nos termos deste ANEXO.
  - 12.2.2. As informações enviadas pela CONCESSIONÁRIA semanalmente, nos termos do item 12.2, não poderão conter registros com mais de 10 (dez) dias de antecedência à data do envio ao DER/SP.
- 12.3. As informações mencionadas no item 12.2 deverão ser entregues de forma passível de auditoria e atender aos requisitos de registro e disponibilização aplicáveis aos dados relativos aos veículos dos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do ANEXO 05.
  - 12.3.1. As informações do item 12.2 deverão ser auditadas anualmente por empresa especializada de auditoria independente, idônea e de notória especialização, devendo o relatório de auditoria ser encaminhado ao DER/SP e à ARTESP em até 15 (quinze) dias de sua emissão, de acordo com o apresentado no ANEXO 05.
  - 12.3.2. Eventuais divergências entre os dados considerados pela ARTESP para fins da AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES e os dados finais objeto de auditoria deverão ser ajustados e compensados anualmente.
  - 12.3.3. Independentemente dos ajustes indicados no item 12.3.2, acima, o DER/SP ou a ARTESP poderão, na eventualidade de identificarem qualquer indício de fraude, erro ou divergência nas informações prestadas periodicamente pela CONCESSIONÁRIA, exigir que a CONCESSIONÁRIA promova, às suas expensas, a contratação de auditoria independente, necessariamente diferente da empresa de auditoria que tiver realizado a auditoria mencionada no item 12.3.1, para realização de auditoria extraordinária nos dados transmitidos pela CONCESSIONÁRIA, devendo os resultados de tal atividade serem apresentados diretamente à ARTESP e/ou DER/SP para adoção das providências cabíveis.
- 12.4. O DER/SP deverá, em até 30 (trinta) dias do recebimento de cada relatório mencionado no item 12.2, analisar as informações dos USUÁRIOS INADIMPLENTES e atestar à ARTESP, mediante envio de notificação ou documento equivalente, quais os registros enviados pela CONCESSIONÁRIA que contêm todos os dados necessários para que o DER/SP emitisse as notificações de autuação, independentemente de ter emitido ou não referidas notificações, e quais os que não cumpriram tais requisitos.
- 12.5. O DER/SP deverá notificar a ARTESP, oportunamente, do recebimento de eventuais informações inverídicas ou incorretas sobre os USUÁRIOS INADIMPLENTES, para fins de aplicação da penalidade prevista no ANEXO 11, pela ARTESP, bem como eventuais cobranças indevidas, aqui entendidas como envio de informações ao DER/SP acerca de USUÁRIOS taxados como inadimplentes, mas que tenham realizado o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, para fins de aplicação pela ARTESP da penalidade prevista no ANEXO 11.
- 12.6. O DER/SP aplicará multa de evasão aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito

Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021, bem como Resolução Contran nº 984/2022.

- 12.7. A relação entre USUÁRIOS e OSAs é estritamente privada e não afeta a CONCESSÃO PATROCINADA ou a CONCESSIONÁRIA. Desse modo, eventual inadimplência dos USUÁRIOS perante determinada(s) OSA(s) não gera reflexos perante a CONCESSÃO .